

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Madeira/Mogno
Data: 14/11/93 Pg.: 22 162

Ibama encontra substitutos naturais do mogno

Carmem Cruz

Cerca de 15 espécies florestais da região amazônica podem substituir o mogno nas suas mais diversas aplicações. Convencer as indústrias madeireiras a fazerem esta substituição, entretanto, é um desafio que o Ibama pretende enfrentar nos próximos anos. Os pesquisadores do Laboratório de Produtos Florestais, da Diretoria de Pesquisa e Divulgação (Dirped) acreditam que só a substituição, aliada a técnicas que possibilitem a exploração sem desperdícios, pode garantir a perpetuidade da espécie.

Por reunir praticamente todas as propriedades desejáveis numa madeira, o mogno transformou-se no maior alvo das indústrias, ganhando destaque no mercado internacional. As reservas naturais da espécie, na região Norte, contudo, estão no fim, conforme garante a pesquisadora-chefe do Laboratório de Produtos Florestais do Ibama, Vera Rauber Coradin. O laboratório investigou comparativamente 150 espécies e encontrou sete que podem ser usadas nas aplicações aparentes e outras oito espécies para substituir o mogno em estruturas não-aparentes, ou internas.

Para móveis e outras peças que exigem a mesma densidade, propriedades mecânicas e trabalhabilidade do mogno, os pesquisadores indicam a andiroba, o cedro, a cedrorona, a jacaretiba, além do louro-vermelho, a quaruaba-verdadeira e a quaruabarana.

Mas há os casos em que o mogno é usado sem necessidade, como nos móveis laqueados e em estruturas internas. Para isso, os pesquisadores encontraram condições semelhantes às do mogno em espécies como a abacatirana, o breu sucuruba ou breu preto, o cajui, a faveira tamboril e o freijó ou frei-jorge. Também estão no grupo o louro-preto, o paricá e o tauari.

Castanheira — Estudos semelhantes foram feitos com espécies que podem substituir a castanheira que apesar de ter a sua exploração proibida pela Portaria 449/87 (artigo 9º) do antigo IBDF continua sendo derrubada e comercializada com outros nomes. É uma madeira mais utilizada pela construção civil pesada, geral, ou para assoalhos. Suas substitutas apresentam tonalidades aproximadas, são de boa trabalhabilidade e alta durabilidade.

Segundo as pesquisas, substituem a castanheira o louro-vermelho, a cedrorona, o cedrinho, três espécies de quaruba, a melancieira, a muiratinga, o açoita-cavalo, a abuirana-cuqui e a envi-ra-preta. Todas essas espécies têm larga ocorrência no Pará, no Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Maranhão.

A idéia, segundo ela, é agrupar espécies que possam ser exploradas e comercializadas em substituição a uma única espécie pressionada, como já ocorre com o ipê e com o angelim em que cerca de 30 madeiras são cortadas e vendidas com o mesmo nome.

Laboratório estuda madeiras

Indicar espécies que podem substituir outras em extinção é apenas uma das inúmeras atividades do laboratório de Pesquisas Florestais do Ibama, um centro de pesquisas único fora da Amazônia, onde o Inpa desenvolve pesquisas semelhantes. Outra de suas grandes atribuições é a de caracterizar tecnologicamente madeiras desconhecidas ou pouco conhecidas no País. Este trabalho resultou, até agora, na caracterização de 300 espécies existentes dentro das florestas nacionais da região Norte.

Esta caracterização, segundo Vera Coradin, inclui estudos das propriedades anatômicas da madeira, propriedades físicas, químicas, comportamento na secagem, avaliação da resistência, a biodegradação, indicando aos vários setores produtivos a melhor espécie para cada destinação. Além de introduzir no mercado alternativas de produtos florestais da Amazônia, o laboratório iniciará projetos com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para identificação e caracterização tecnológica de algumas madeiras da Mata Atlântica. "Esse trabalho poderá auxiliar o trabalho dos botânicos na recomposi-

PAULO NEGREIROS



Testes são feitos para caracterizar madeiras desconhecidas

ção de áreas degradadas", acentuou.

Entre os esforços do LPF do Ibama, encontra-se ainda o de buscar tecnologias que garantam um maior aproveitamento do produto florestal normalmente abandonado na floresta pelas madeireiras ou transformados em resíduos nas serrarias. "Atualmente, há tão pouca tecnologia disponível para as madeireiras que 60 por cento do que elas cortam fica na floresta. Dos 40 por cento correspon-

centes à tora, que vão para a indústria, apenas 40 por cento são aproveitados", informou a pesquisadora-chefe.

O laboratório de Produtos Florestais foi criado em 1973 a partir de um convênio entre o Governo brasileiro e o PNUD. Inicialmente montado dentro da Universidade de Brasília, onde esteve por 12 anos, foi transferido para o IBDF com o fim do projeto das Nações Unidas e mais tarde incorporado ao Ibama.